

***Socialismo Real* e Socialização do Poder Político**

JOSE PAULO NETTO*

A crise do *socialismo real*, explodindo nos últimos anos da década passada, derivou num panorama espantoso. O que se mostra, sob os escombros do *sorex* (*socialismo realmente existente*), não é somente o colapso material de regiões inteiras que regridem rapidamente em níveis de vida típicos do "Terceiro Mundo"; este colapso (parece incontestemente a emersão de uma criminalidade que se julgava própria da ordem burguesa) e degradação ideal (os valores do *american way of life* se atualizam na vida cotidiana, ao lado da revivescência de particularismos horrendos) e o que podemos chamar de *exemplarização negativa* - as implicações da desmoralização do projeto socialista, identificado ao "socialismo de caserna", estão custando (e ainda custarão por longo tempo) caro aos legatários da revolução.

Esta corte de implicações barbarizantes; bem como as expressões particulares da crise, não deve servir para ocultar o que me parece ser a gênese do processo, tomada em sua universalidade: a dissincronia que se foi instaurando entre as instituições constitutivas do sistema sociopolítico e as exigências do ordenamento econômico das sociedades pós-revolucionárias. A reduzida *socialização do poder político* (cristalizada pela autocracia stalinista) era congruente com a estrangulada *socialização da economia* (resumida na estatização). Enquanto perdurou um padrão de desenvolvimento econômico *extensivo*, suportável por estruturas sociopolíticas rígidas e excludentes, esta relação não teve efeitos que não pudessem ser ultrapassados. Quando, em meados da década de 70, tomou-se imperativo (pela exaustão do desenvolvimento extensivo, que já consolidara uma sociedade urbano-industrial) um padrão de desenvolvimento *intensivo*, a dissincronia comprometeu-o visceralmente - porque um tal padrão é incompatível seja com um ordenamento

* Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

econômico estatizado burocraticamente, seja com o seu imbricado e correspondente sistema sociopolítico, de baixíssima participação autônoma. Paradoxalmente, a crise do *socialismo real* resultou do seu sucesso em promover, num lapso temporal extremamente apertado, o que seriam as *pré-condições* para a transição socialista, aquelas inerentes a uma sociedade urbano-industrial: quando logrou criar tais condições, o arcabouço sociopolítico em que se assentava colidiu com as exigências da lógica de uma economia de que fora suprimida a elementar mediação societal do mercado.

Assim vista, a crise do *socialismo real* tem uma inequívoca *centralidade política*, a que remetem os bloqueios do desenvolvimento econômico: deriva da ausência de uma *plena socialização do poder político* - só a implementação da *democracia socialista*, capaz de socializar efetivamente o poder político e rebater imediatamente no ordenamento econômico, com reais *processos autogestionários* aptos para otimizar (com a liquidação de traços e excrescências burocráticas) a alocação central de recursos, poderia garantir o desenvolvimento exitoso das experiências pós-revolucionárias.

Nesta angulação, a crise do *socialismo real* apenas comprova que a superação positiva da ordem do capital reclama as substantivas socializações do poder político e da economia, sem as quais a alternativa comunista é impensável. É a crise de uma forma histórica precisa de transição, aquela que se processou localizadamente nas áreas em que as instituições próprias do mundo burguês mostravam-se atrofiadas. *Não é, pois, afirmação do projeto socialista revolucionário nem a negação da possibilidade da transição socialista*. Seu significado histórico-universal parece-me claro: ela demonstra que a viabilidade da superação da ordem do capital é função de uma *radical democratização da vida econômica, social e política* tão incompatível com os limites do movimento do capital (e seus *loci* necessários, como o mercado) quanto com as restrições de uma ditadura exercida, ainda que em seu nome, sobre os trabalhadores.

Se esta perspectiva de análise é correta, fica patente a inépcia da referência a um qualquer "fim da história". A crise do *socialismo real* inscreve-se não como a falência do projeto socialista revolucionário que visa ao comunismo ou como a derrocada da concepção teórica que o funda (a teoria social marxiana), mas antes como um capítulo dramático num processo histórico de longo curso: aquele em que o *domínio do capital* (que Mézáros já indicou ser diferente de *domínio do capitalismo*) revela a sua crise estrutural geral. De fato, o que peculiariza a quadra atual da história contemporânea é o entrecruzamento da crise do *socialismo real* com a crise da última forma "democrática" do mundo burguês: o chamado Estado de bem-estar social. O que se pode denominar de *crise contemporânea* é precisamente a convergência do fracasso das experiências pós-revolucionárias com o fim das ilusões do *welfare state*.

Se se puder conceber o "fim da história", então o ponto ômega é a barbárie (de que a ofensiva neoliberal é somente a retórica necessária). Mas o tratamento menos epidérmico do que se passa no Leste e no Oeste assegura que não existe um único indício capaz de sugerir que a *velha toupeira* tenha concluído o seu trabalho eversivo.

NETO, José Paulo. Socialismo real e socialização do poder político. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, 1994, p.65-66.

Palavras-chave: Socialismo Real; Poder Político; Centralidade Política.